

**EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA  
O ENSINO BÁSICO**

MEDEIROS, Sandreylza Pereira.

[sandreylza@hotmail.com](mailto:sandreylza@hotmail.com)

Pós-Graduada em História do Brasil e da Paraíba – FIP

**INTRODUÇÃO**

Há muito se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afro-descendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caiçara, caipira... Contudo ao longo de nossa História, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania. (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, 2001, p.15)

A discussão em torno da proposta de uma sociedade anti-racista, de uma educação democrática, igualitária e formadora de cidadãos críticos e politizados tem tomado os círculos acadêmicos e os mais diversos segmentos da sociedade brasileira interessados na questão e tal discussão vem encontrando consistência, sobretudo, nos primeiros anos deste século.

No entanto, pesquisadores, militantes negros, adeptos das causas do respeito às etnias, entre outros, têm lutado e reivindicado para que tais questões não sejam evidenciadas apenas como discussões, mas na efetivação real de práticas condizentes com os objetivos propostos de uma educação acessível a todos.

Parte dessas discussões está atrelada a ideia da observância de uma educação que leve em consideração a pluralidade cultural existente no Brasil, em outras palavras,

isto seria o trato das diversas heranças culturais que permeiam a população brasileira para que a partir dessas contribuições pudéssemos formar novas mentalidades que visassem superar o ideal discriminatório que por longos anos nos foi passado. Assim, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p.19) *“Ao vivenciarmos a pluralidade da nossa cultura deveríamos especificar em nossos programas curriculares projetos educativos que adotassem conteúdos condizentes com a nossa diversidade.”*

Desse modo, lidar com essa pluralidade significa conceber uma sociedade que busque a explicitação de uma diversidade étnica e cultural que compreenda e componha as suas relações sociais que há muito tempo vem sendo marcadas por desigualdades de raças. Por isso, ao falarmos em pluralidade cultural, em relações sociais discriminatórias e de exclusão devemos nos remeter a afirmativa da constituição de uma nação universalmente direcionada a todos os brasileiros de forma igualitária e a negação da continuação de sistemas educacionais teorizadores de uma cultura singular, comum, eurocêntrica e branquificada.

A Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, 2001, p.15)

A partir do que nos propõe os Parâmetros acima citado, da observância de uma sociedade plural, estaríamos priorizando e valorizando as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais, especificamente, as questões afro-brasileiras que convivem e se interpelam diariamente no dia a dia das escolas do Brasil?

Estas indagações têm sido palco de muitos debates e reflexões, tendo em vista, de que o que presenciamos na verdade é o mais absoluto descaso de muitas secretarias de educação, municipais, estaduais e enfim, de tantos outros órgãos oficiais do nosso

sistema educacional, com a temática História da Cultura Afro-Brasileira responsável por contemplar e justificar grande parte da diversidade cultural do nosso país.

Nossa proposta com esse debate é pensarmos juntos sobre como colocarmos essa problemática no foco das discussões da nossa sociedade, não a deixando ser tomada mais uma vez pelo silêncio, com isso pretendemos a efetivação do ensino da cultura afro-brasileira no seio das nossas escolas, tornando-o algo concreto, real e possível de efetivação.

## **REFLEXOS DE MUITAS LEIS**

A Lei nº 10.639/2003 diz em seu Art. 26-A que “*Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.*” Esta teve como um de seus vários propósitos alterar a Lei nº 9.394/96 DA LDBEN “*Que diz que o ensino de História do Brasil deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígenas, africanas e européias*” Analisando esta última lei, percebemos que há uma visão reducionista em relação à participação dos negros na História do Brasil direcionada a meras contribuições voltadas a miscigenação. É necessário contemplarmos as manifestações e as diversidades culturais como processos formativos que se tornam somatórios no momento em que uma sociedade passa a ser constituída, portanto, formada. Assim, entendemos que devemos nos reconhecer como sujeitos sociais a partir da nossa formação histórico-cultural, desse modo, se lançarmos o olhar no passado veremos qual intenso fora o papel desempenhado pelos nossos ancestrais negros e como na atual sociedade, tem sido marcante a herança africana que é parte ativa no processo de formação das nossas capacidades enquanto sujeitos sociais, políticos e culturais.

Inserir História da África e História afro-brasileira no currículo da escola pública e particular tem como principal objetivo colocar em evidência uma discussão que foi silenciada durante muitos anos, por esse motivo é que a questão do negro no Brasil deve ser focalizada no âmbito da escola básica como a possibilidade de se fazer circular a informação, criando situações de debates em que novas posturas éticas possam ser tomadas e que outros olhares sensíveis a multiplicidade das nossas características culturais possam ser lançados.

Um ponto importante a ser discutido ainda sobre o conteúdo da Lei 10.639/2003 é a questão de que se faz necessário a sua inserção numa perspectiva histórica diferenciada, já que defendemos muitas vezes um ideal de país não-racista, maquiando dessa forma, uma realidade que não só existe, mas que exclui e limita as possibilidades de inserção social do povo negro brasileiro. Nesse sentido, é necessário desconstruirmos a idéia da “democracia racial” que se instaurou no Brasil e que contribui para o reforço de uma sociedade extremamente racista, mas que não se permite admitir.

A constituição de uma identidade nacional e a criação do mito da democracia racial pautada na “mistura de raças”, é um processo que vem se construindo a muito tempo embora se acentue na década de 30. Escondendo assim a crescente subordinação social que atinge em maior grau os negros. (SANTOS, 2008, p.5)

Assim, mais do que uma conquista estatal a Lei nº 10.639/2003 “*Deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas empreendidas pelo movimento Negro brasileiro em prol da educação.*” (GOMES, 2008, p.67). Ao analisá-la de forma conjunta com as Leis de Diretrizes Curriculares Nacionais conseguiremos perceber que há nisso tudo uma ideia de superação e configuração da sociedade brasileira pela ação de diversas etnias africanas e seus descendentes:

Talvez um dos caminhos para a superação dessa situação seja uma reflexão profunda sobre a discussão já realizada pelo Movimento Negro e por todos aqueles que acreditam em uma educação anti-racista: a questão racial não se restringe à comunidade negra, e superação do racismo e da desigualdade racial faz parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para todos. (GOMES, 2008, p.70).

Incluir História da África no nosso currículo nos remete a pensarmos e refletirmos sobre nós mesmos e sobre as nossas relações *inter e étnico-raciais*, esse conhecimento Histórico específico não mais estará pautado apenas a disciplina de História, mas estará incluído em outras áreas científicas que contemplem a temática em uma perspectiva interdisciplinar.

### **A IDEIA DE SUPERAÇÃO**

Verificamos que o mito da democracia racial começa a ser enterrado e surgem medidas como, pré-vestibulares para afro-descendentes, a lei 10.639/03, as reservas de vagas nas universidades, as tão polêmicas “cotas” sociais. A partir daí várias medidas são tomadas, no sentido de atender demandas históricas da população negra pautadas na necessidade de contemplar a valorização do patrimônio de matriz africana dentre outras. Buscando ainda políticas educacionais que afirmem a importância da construção de uma identidade negra no âmbito escolar (SANTOS, 2008, p.6)

A temática História afro-brasileira no currículo implica em três aspectos fundamentais a serem discutidos: Uma revisão histórica do que aprendemos até então ser a História dos nossos ancestrais negros; O ponto de vista pedagógico da questão e os posicionamentos políticos que alguns segmentos sociais têm tomado acerca dessa ampla discussão.

A princípio, falemos sobre a proposta de uma revisão para a História que fomos forçados a digerir: O que sabemos da História étnico-racial além daquelas exaustivas narrativas do negro como componente alienado do sistema escravocrata? Quais imagens guardamos dos nossos ancestrais que não aquelas que depreciam a imagem do negro? Quais contribuições temos conhecimento, senão aquelas que priorizam a capoeira, indumentárias e costumes? Ao sermos indagados sobre interrogativas como estas, chegamos todos as mesmas assertivas, tendo em vista o que se reproduziu como História dos negros brasileiros até bem pouco tempo atrás. Quando nos perguntamos sobre isto, nos reduzimos a reprodução de uma História ideologicamente passada pelo branco colonizador e por isso nos percebemos limitados por um conhecimento restrito, reduzido, cristalizado e preconceituoso.

Há, portanto, a necessidade de se revisar as fontes e reescrevermos estas narrativas na perspectiva daqueles que construíram o Brasil, os negros. “Essa revisão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e a miséria. (GOMES, 2008, p.72).

O ponto de vista pedagógico dentro desta inclusão de conhecimento, só tem a acrescentar para a efetivação do currículo proposto, uma vez, que tratado numa perspectiva de visão afirmativa das diversidades culturais e humanas étnico-raciais, nos proporcionaria impactos positivos no tocante ao passado e presente dos ancestrais negros. A “branquitude” como um padrão a ser seguido não mais encontraria espaço nesse tipo de educação e ao superarmos os preconceitos sobre a África, a visão do negro brasileiro estaria pautada como uma riqueza da nossa diversidade cultural, já que de uma forma sistemática a sociedade brasileira tende a tratar essa questão racial fazendo vistas grossas. É preciso mudar essa realidade e lutarmos para que todos tenham uma educação igualitária que proporcione um desenvolvimento intelectualizado e emocional para todos, independentemente do seu pertencimento étnico-racial. Ver-se que “*O subdimensionamento dos efeitos das desigualdades étnico-raciais embota o fenômeno*

*de ações de combate ao racismo na sociedade brasileira, visto que difunde a explicação da existência de igualdade de condições sociais para todas as pessoas.”* (CAVALLEIRO, 2006).

Por isso é imprescindível uma reformulação nas nossas práticas pedagógicas, uma vez que os profissionais da educação, infelizmente, ainda permanecem no ideal da não-percepção do entrave que causa o racismo nas manifestações atitudinais dos nossos alunos no cotidiano diário da sala de aula. Segundo Silva (1999, p. 29) *“O currículo é um dos espaços centrais dessa construção. Aqui se entrecruzam práticas de significação, de identidade social e de poder.”* Desse modo, o currículo tende a ser o centro dos próximos projetos de reforma para a educação, pois a escola já não pode mais tomar posicionamentos que silenciem as dinâmicas de relações de poder que tem pretendido o ideal de uma superioridade branca.

O último aspecto a ser discutido é o do ponto de vista político que estará sempre a ser problematizado a partir dos implicantes de relações de poder que produziram até hoje as desigualdades sociais e raciais, a teoria de inferiorização da raça negra a partir da ótica do branco colonizador. Esse aspecto está internalizado nas subjetividades das discussões daqueles que defendem a idéia, de que tratar a questão do negro na escola implicará no aumento do racismo e em um novo tipo de preconceito, a discriminação com o branco. No entanto, é importante ressaltarmos que ao incluirmos e propormos uma releitura sobre a África e a cultura afro-brasileira todos os segmentos étnico-raciais tendem a crescer e ganhar com esta discussão, sobretudo, os segmentos brancos que necessitam de ver a História por outro ângulo que não àquele que os tornam superiores, isso acarretará muitos debates e conflitos acerca da proposta, mas por outro lado, desenvolveremos a capacidade intelectual em nosso país de pensarmos sobre o nosso passado e refletirmos acerca de novas posturas em relação a nossa História.

No caso específico da população branca, tocaremos em uma discussão pouco discutida no Brasil e na escola brasileira, a saber: a construção da “branquitude” é a produção de uma identidade racial que toma o branco como padrão de referência de toda uma espécie. Nesse

processo, constrói-se uma apropriação simbólica formulada pelas elites que fortalece a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais. Essa apropriação acaba legitimando a supremacia econômica, política e social do grupo visto como branco no Brasil. Em contrapartida, constrói-se um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa a identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e ainda justifica as desigualdades sociais. (GOMES, 2008, p.73).

Embora, permeada por relações e trocas de poderes a questão do racismo no Brasil é clara, evidente e, sobretudo real, não podendo ser relegada, portanto, ao silêncio e a indiferença da nossa sociedade que por tanto tempo já o fez. É uma questão imprescindível para a nossa compreensão enquanto sujeitos histórico-sociais. Deverá estar diariamente no âmbito do nosso sistema educacional e no foco dos seus debates, vencendo barreiras, a exemplo dessas subjetividades que muitos segmentos tendem a colocar como imposições para que a questão perca a sua força e o seu impacto que deverá ser positivo para todos os brasileiros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitos são os desafios que a educação brasileira ainda tende a enfrentar, o maior deles é sem dúvida alguma conhecermos a nós mesmos, ou seja, lançarmos olhares mais críticos ao nosso passado reescrevê-lo e revisá-lo. Isso exige de nós, nos aceitarmos enquanto resultado de pais e mães africanos que a partir de uma diáspora forçada construíram nos ombros esse imenso país.

Mas o que sabemos sobre nós mesmos? Qual visão concebemos da África e dos seus filhos? Infelizmente, segundo Gomes (2008, p. 74) “*No Brasil, a educação de um modo geral, e a formação de professores, em específico – salvo honrosas exceções – são permeadas por uma grande desinformação sobre a nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro na atualidade.*” Nesse sentido, o que sabemos está



fadada a visões desconexas, desarticuladas, cristalizadas, estereotipadas de uma África exótica e muitas vezes animalizada.

Durante o período escravista brasileiro os negros sofriam todos os tipos de violência em nome das suas “qualidades negativas”, materializadas num conjunto de instrumentos e estratégias de tortura e castigo para domar e subjugar os escravos. Essas qualidades negativas e estratégias de tortura foram usadas também para fortalecer no escravo uma idéia negativa de si mesmo e de sua etnia. (SANTOS, 2008, P.3).

A Lei 10.639/2003 pretende descentrar os impactos de um racismo que fazemos questão de negar, mas que continua a ser um fenômeno que afeta as relações étnicas e carecem de estar evidenciado no centro das discussões para que possamos relocá-la a outra realidade que não condiz com a atual situação

Para isso, se faz mais do que necessário que os profissionais passem a ter um aprofundamento teórico em relação ao tema e que consigam superar os valores preconceituosos legitimados em nosso dia a dia e que percebam também a importância de se conceber uma visão identitária a partir da construção social, cultural e política como algo sujeito a conflitos e ambigüidades que está longe de ser estático e imóvel.

Algo a ser discutido ainda nos parece ser o conteúdo da Lei nº 11.465/2008 que modifica a Lei nº 10.639/2003 acrescentando História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, embora esta seja uma discussão para outro momento achamos pertinente ressaltar a ineficácia do sistema jurídico brasileiro que não conseguindo tornar suas leis eficazes, vão criando outros dispositivos e dividindo as atenções da questão do negro com outra questão não menos importante, a do indígena brasileiro, mas isso é tema para outro debate que pretendemos fazer.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

CAVALLEIRO, Eliane. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: UFCG, 2006.

Direito à educação: **subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais**/ Organização e coordenação Marlene de Oliveira Gotti. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/03**. In. MOREIRA, Antonio Flavio; CADAU, Vera Maria (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: **orientação sexual**/ **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental**. – 3. Ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

SANTOS, Leide Laura Almeida dos. **A construção negativa da imagem do negro no âmbito escolar**. I Colóquio Internacional de História. Campina Grande: UFCG, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como prática de significação**. In. \_\_\_\_\_ O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

---

ISSN 2176-4514